

ENTRE IMPÉRIOS E REPÚBLICAS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS DO BRASIL COM O MUNDO OTOMANO

Between Empires and Republics: possible dialogues between Brazil and the Ottoman world

Heitor de Andrade Carvalho Loureiro ^a

 <https://orcid.org/0000-0001-8378-8232>

E-mail: heitorloureiro@gmail.com

^a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, SP, Brasil

Debate sobre o artigo "Por que é importante estudar história do Império Otomano?" de Monique Sochaczewski. Publicado em Revista Esboços: histórias em contextos globais, v. 32 (2025). DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2025.e106590>

Discussion on the article "Why is it important to study the history of the Ottoman Empire?" by Monique Sochaczewski. Published in Revista Esboços: histórias em contextos globais, v. 32 (2025). DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2025.e106590>

RESUMO

Este artigo estabelece um diálogo entre a história do Império Otomano e a formação histórica brasileira, a partir das reflexões de Monique Sochaczewski. Analisa-se como estruturas políticas e sociais do mundo otomano – especialmente o *millet sistemi* – foram transpostas e ressignificadas nas comunidades imigrantes do Brasil, com destaque para a armênia. O texto também compara os “Jovens Turcos” e o movimento tenentista brasileiros, apontando semelhanças entre os processos de modernização autoritária e de exclusão social no crepúsculo de ambos os impérios e no alvorecer de ambas as repúblicas. Defende-se, por fim, a ampliação da historiografia brasileira por meio de perspectivas transnacionais e conectadas.

PALAVRAS-CHAVE: Império Otomano. Brasil. Diáspora Armênia. Tenentismo. História Global.

ABSTRACT

This article establishes a dialogue between Ottoman history and Brazilian historical formation, inspired by the reflections of Monique Sochaczewski. It examines how political and social structures of the Ottoman world — especially the *millet sistemi* — were transposed and reinterpreted within immigrant communities in Brazil, with particular emphasis on the Armenian experience. The text also compares the Brazilian “Young Turks” and the *tenentista* movement, highlighting parallels between processes of authoritarian modernization and social exclusion at the twilight of both empires and the dawn of both republics. Finally, the article advocates for the expansion of Brazilian historiography through transnational and connected perspectives.

KEYWORDS: Ottoman Empire. Brazil. Armenian Diaspora. *Tenentismo*. Global History.



Certa feita, no contexto de uma campanha eleitoral para a Presidência da República, uma entidade organizou um debate entre duas figuras públicas brasileiras, Luciano Huck e Marcos Mion, para conversarem sobre temas que consideravam relevantes para a agenda pública nacional. Esse evento, voltado para uma audiência do mundo dos negócios e de tomadores de decisões, foi divulgado entusiasticamente pela rede social favorita dessa fatia da sociedade, o *LinkedIn*, quando uma usuária percebeu a baixa representatividade presente no debate que, em tese, discutiria assuntos pertinentes a toda a sociedade brasileira e comentou na postagem algo como “mais um evento só com homens brancos”, o que atraiu uma boa quantidade de curtidas e comentários de apoio. Outra usuária, com olhar mais aguçado, concordou, mas fez uma ressalva, destacando a peculiaridade da formação da sociedade brasileira, pois aqui, ao contrário dos EUA, consideramos “brancos”, sem nenhuma problematização, dois homens – um judeu e outro árabe – cujas famílias emigraram para o Brasil desde o Império Otomano.

Este texto não tem como objetivo explorar a formação do povo brasileiro nem dissertar sobre os diferentes processos de formação de uma branquitude no Brasil¹. Comecei-o com esta anedota para iniciar este comentário ao artigo da historiadora Monique Sochaczewski, pois ela dedica sua carreira acadêmica a analisar uma colossal entidade política, religiosa, administrativa e econômica que, muitas vezes, não percebemos, mas que teve um grande impacto na História do Brasil – se não pelos diálogos diretos entre os Impérios do Brasil e Otomano, ou, mais notadamente, entre as duas repúblicas herdeiras e sucessoras destes – mas, principalmente, pelos diversos grupos étnicos, linguísticos e religiosos que, entre o final do século XIX e o começo do século XX, deixaram o tricontinental Império Otomano e rumaram à América, muitas vezes sem clareza sobre se desembarcariam em Nova Iorque, Buenos Aires, Rio de Janeiro ou Santos.

Tendo o Brasil um passado imperial e sendo as escolas e universidades brasileiras tão marcadas por uma formação eurocêntrica – ainda que esse processo tenha sido matizado nos últimos anos – não é raro encontrarmos estudos, estudantes e estudiosos das dinastias europeias, dos grandes impérios e seus generais, dos avanços feitos por meio da técnica, da ciência e do pensamento de homens – estes, sim – brancos e

¹ Para este tema, recomendamos o incontornável clássico “*O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*” de Abdias do Nascimento (2016).

cristãos. Contudo, são – ou somos – poucos os que se dedicam a compreender a Sublime Porta – nome pelo qual é conhecido o governo do sultão otomano – e seu império de seis séculos de duração, cujas ações políticas e comerciais moldaram, voluntariamente ou não, parte da identidade europeia e, por consequência, brasileira, como Sochaczewski destaca em seu texto.

Além disso, em um momento em que as atenções do mundo estão voltadas, mais uma vez, para o Oriente Médio, é crucial entender o papel do Império Otomano e das potências europeias ao se aproveitarem de seu espólio na formação de países como Síria, Líbano, Egito, Israel e Palestina e, é claro, na consolidação da potência regional que é a República da Turquia. Esse entendimento precisa ir além de estereótipos orientalistas, fetiches ligados aos “mistérios do Oriente” ou à islamofobia (Said, 2007; 2011). Trata-se de entender o Império Otomano para compreender em que medida o seu jugo se fez sentir nas províncias orientais ocupadas por armênios e curdos, bem como nas províncias árabes, e, sobretudo, como a intervenção do chamado Ocidente na região criou cenários cuja ignorância constitui empecilho para diálogos sobre paz e justiça duradouras nessa região. Nas palavras de Amin Maalouf o “desmembramento [do Império Otomano] prossegue ainda em nossos dias, fazendo planar sobre a humanidade inteira o espectro do terror e do retrocesso” (Maalouf, 2022, p. 199).

No trabalho em tela, Monique Sochaczewski propõe a realização de “estudos de História Otomana a partir do Brasil”. Para tanto, parece-me útil a opção de abordar a colossal história do Império Otomano por suas partes, isto é, pelas histórias locais, regionais e comunitárias, pois, em grande medida, essas estruturas foram transmigradas para as Américas à medida que o século XX se aproximava. Trata-se de inserir a história do Império Otomano no cenário da História Global e de histórias conectadas que ajudam a dissecar as particularidades de cada caso. Tomemos como exemplo o caso dos armênios otomanos, sobre os quais pesquiso há duas décadas.

Como uma minoria cristã que vivia, em sua maior parte, dentro das fronteiras otomanas, os armênios foram vítimas de processos sistemáticos de deportações, expropriações e mortes realizados pelo governo otomano durante a Primeira Guerra Mundial, cujas consequências são mantidas e aprofundadas durante os primeiros anos da República da Turquia. Ao chegarem ao Brasil, os armênios recriaram seus sistemas de sociabilidade como conheciam no Império Otomano ou como os resignificaram após anos como refugiados nos atuais territórios da Síria e do Líbano (Loureiro, 2025). No começo dos meus estudos, causou-me estranheza a centralidade da Igreja Apostólica

Armênia na organização comunitária, sendo esta comandada por um conselho conhecido como “Conselho dos Quarenta”, historicamente ocupado por figuras masculinas da coletividade armênia de proeminência na sociedade paulistana (Kechichian, 2000). Era curioso, para mim, o fato de esses senhores terem tanta influência e poder sobre a comunidade e suas variadas instituições, de partidos políticos a escolas, passando por jornais, clubes, associações de damas, jovens etc. Pode-se dizer algo semelhante em relação às organizações de sírios, libaneses, gregos e judeus em São Paulo (Knowlton, 1960; Truzzi, 2009). Muitas vezes, essas pessoas ligadas aos templos religiosos têm mais poder e influência nas comunidades imigrantes ou na sociedade receptora do que diplomatas acreditados junto aos governos nacionais. Em outras palavras, um bem-sucedido empresário paulistano de origem armênia que faz parte do supracitado conselho tem mais acesso e entrada nas organizações comunitárias e nos espaços de tomada de decisão de São Paulo do que qualquer diplomata nomeado por Yerevan junto ao governo brasileiro. O mesmo pode-se dizer em relação a um membro do alto clero da Igreja Apostólica Armênia.

A explicação para essa realidade é mais otomana do que brasileira: as minorias otomanas não muçulmanas eram organizadas no sistema de *millet*, comunidades religiosas chefiadas pelo líder religioso máximo de cada grupo – no caso armênio, o patriarca da Igreja Apostólica – que tinha poderes civis, fiscais, educacionais e penais sobre seus fieis, ainda que estivesse, em última instância, subordinado ao sultão otomano, que os nomeava (Baer, 2021). Dentro do *millet* armênio, eram relevantes as figuras dos *amira*, uma poderosa classe de comerciantes, industriais e profissionais liberais que administrava o tesouro, a casa da moeda e as fábricas de armamentos, além de construir palácios, mesquitas e edifícios públicos (Carmont, 2012). Por isso, mantinham boas relações com os sultões e administradores otomanos e desempenharam um papel importante no desenvolvimento do *millet* armênio, tendo influência sobre o patriarca e, por vezes, conduzindo a Sublime Porta a escolher este ou aquele religioso para o cargo de líder da Igreja Apostólica Armênia. Em suma, os “*amira*” da comunidade armênia em São Paulo assumem função semelhante, pois exercem uma dupla autoridade: perante a comunidade, são validados como empresários bem-sucedidos na sociedade receptora; e, na sociedade brasileira, são reconhecidos como representantes comunitários dignos de respeito e deferência, símbolos de um “povo” ou de uma “raça” operosa. Uma dupla validação, portanto, que os gabarita como “o imigrante que deu

certo”, “o tipo de gente que o Brasil precisa” ou “o orgulho da colônia”, para ficar em alguns chavões conhecidos.

Outras lógicas otomanas também podem ser percebidas a partir da observação das diversas comunidades emigradas do Império do Sultão: a organização em sociedades locais, como o Clube Homs, a Sociedade Recreativa Marachá e outras tantas associações de imigrantes que se organizaram em São Paulo e no Rio de Janeiro, de acordo com suas vilas e cidades de origem no Império Otomano. Em um momento em que Síria, Líbano e Armênia eram sonhos nas cabeças das elites árabes e armênias em Beirute, Damasco e/ou Paris, as pessoas tinham redes de sociabilidade e identidades coletivas muito mais ligadas às suas localidades do que aos Estados nacionais que hoje intencionam ser “pátria-mãe” de milhões de pessoas que emigraram antes de os referidos países existirem como tais (Maalouf, 2022).

Isso causou divisões dentro das coletividades imigrantes no Brasil, que, muitas vezes, obrigavam a convivência, em uma mesma comunidade, de pessoas oriundas de vilas, classes sociais ou partidos políticos distintos. Na coletividade armênia do Brasil, aqueles provenientes da cidade otomana de Hadjin, que se instalaram no interior do estado de São Paulo, enfrentaram desafios de integração com a coletividade armênia da capital, onde a maioria dos integrantes era natural de Marash e possuía empregos e negócios voltados à fabricação e ao comércio de calçados, o que levou ao enriquecimento de uma parcela significativa desse grupo, diferentemente dos seus “compatriotas” do interior. Ademais, os armênios de Hadjin eram, em grande medida, membros do Partido Social-Democrata *Hunchakian*, adversário histórico, desde o período otomano, da Federação Revolucionária Armênia – também conhecida como *Dashnaktsutyun* – agremiação majoritária na capital paulista. Diante da impossibilidade de cada grupo sociopolítico armênio construir sua própria igreja ou clube em São Paulo, essa diversidade precisou ser acomodada dentro das mesmas instituições, o que frequentemente resultava em conflitos que extrapolavam os muros comunitários (Loureiro, 2012).

De forma parecida às associações de compatriotas, deu-se a criação de hospitais como o Sírrio-Libanês, o Albert Einstein e o já extinto Monte Ararat: se, no Império Otomano, a saúde dos súditos não muçulmanos era de responsabilidade dos seus respectivos *millet*, também o seria nas sociedades receptoras. Por fim, os clubes e associações desportivas seguem lógica semelhante: impossibilitados de frequentar os clubes de elite paulistana, os egressos do Império criaram os clubes Monte Líbano, Sírrio e

o Clube Armênio, nos anos 1940, no bairro de Moema – à época, zona de chácaras e fazendas da cidade de São Paulo – com terrenos vastos e acessíveis para classes imigrantes emergentes que precisavam marcar sua capacidade de construir espaços de sociabilidade e de práticas desportivas à altura do Espéria e do Tietê, clubes nos quais os imigrantes otomanos – e outros tantos – não eram bem-vindos.

Outro exemplo das heranças do *Osmanlı millet sistemi* que perduram onde houve dominação otomana e onde seus súditos se estabeleceram é o funcionamento do direito civil. No Líbano e em Israel, por exemplo, não existe casamento civil, pois, em ambos os países, há sistemas confessionais derivados do sistema de *millet*, no qual o casamento entre duas pessoas é realizado pela autoridade religiosa dos noivos. Em caso de casamento inter-religioso, ou há a conversão de um dos cônjuges, ou o casal viaja ao Chipre, onde se casam e, então, retornam aos seus países de origem, que são obrigados a reconhecer a união civil de seus cidadãos no exterior.

No caso dos armênios, o legado otomano do *millet* se manifesta na obtenção de cidadania. Como a grande diáspora armênia é consequência direta do genocídio dos armênios otomanos, a partir de 1915, a República da Armênia garante cidadania a qualquer descendente de armênios que prove sua ancestralidade e, frequentemente, é o certificado de batismo emitido pelas igrejas armênias ao redor do globo o documento que permite o acesso a esse direito. Todos os anos, muitos descendentes de armênios em São Paulo – que, porventura, tenham perdido seus sobrenomes característicos terminados em *-ian* – vasculham os arquivos da Catedral Armênia de São Jorge em busca dos documentos de batismo, casamento ou óbito de seus familiares. Os ecos do antigo sistema otomano são bem claros: em uma estrutura imperial multirreligiosa, o Estado facultava às autoridades religiosas a responsabilidade pelo direito das pessoas e das famílias, em troca de lealdade ao monarca, que seria o “protetor” das religiões abraâmicas, numa espécie de Padroado *à la turca*. Na diáspora, sem um Estado nacional para representá-los – a República da Turquia não reconhece os armênios descendentes de sobreviventes do genocídio como cidadãos, e a República da Armênia só conseguiria sua independência junto à URSS em 1991 – era a Igreja Apostólica Armênia a única instituição com capilaridade e legitimidade para acolhê-los em suas necessidades materiais, espirituais e legais.

Em diferentes aulas, palestras e entrevistas que deu sobre o Império Otomano ao longo dos anos, Monique Sochaczewski externalizou, diversas vezes, a razão que a levou a estudar a terra dos sultões: o livro *Istambul: memória e cidade*, do escritor turco Orhan

Pamuk. Nessa biografia da cidade e de si mesmo, Pamuk – Nobel de Literatura em 2006 – descreve como a outrora chamada Constantinopla convive com sua decadência envolta em uma nostalgia triste e bela que afeta e compõe a personalidade de seus habitantes, cuja definição pode ser encontrada na palavra turca *hüzün*, algo como uma melancolia coletiva (Pamuk, 2006). Ao ler *Istambul*, a carioca Sochaczewski enxergou o Rio de Janeiro: capital de dois impérios, admirada por sua beleza natural e por sua vocação cosmopolita, mas abandonada à própria sorte após a decisão das elites políticas de transferirem os centros de poder para uma cidade planejada, moderna e, principalmente, distante das pressões populares, em uma república autoritária e excludente. Parece-me que aqui reside o principal diálogo entre as histórias otomana/turca e brasileira, a saber, a transição de império para república e o papel das forças armadas nesse processo. Não por acaso, os jovens oficiais brasileiros que buscavam dilatar a participação política de setores urbanos de maneira *top-down*, excluindo a participação popular, eram conhecidos como “jovens turcos” (Luna, 2011, p. 18).

Surgido em 1896, em Salônica – cidade balcânica ainda sob controle otomano (Mazower, 2007) – um grupo de jovens oficiais do exército imperial, filhos de membros da burocracia otomana, defendia a modernização e a secularização do Império para salvá-lo do colapso. Para Eric Hobsbawm, o grupo, que se organizou no partido chamado Comitê de União e Progresso,

[...] tomou o poder em 1908 na esteira da Revolução Russa, desejava implantar um patriotismo que abarcasse todos os otomanos, passando por cima de divisões étnicas, linguísticas e religiosas e baseado nas verdades seculares do Iluminismo (francês) do século XVIII. A versão do Iluminismo que mais lhe agravada se inspirava no positivismo de Auguste Comte, que combinava uma fé cega na ciência e na modernização inevitável com o equivalente secular da religião, o progresso não democrático (“ordem e progresso”, para citar o lema positivista) e um planejamento social de cima para baixo. Por motivos óbvios, essa ideologia seduziu as ínfimas elites modernizadoras no poder em países atrasados e tradicionalistas, que elas tentaram arrastar à força para o século XX. [...] Nesse sentido, como em outros, a revolução turca de 1908 fracassou (Hobsbawm, 2003, pp. 393-394).

De forma correlata, os “jovens turcos” brasileiros, que compuseram parte do que conhecemos como “movimento tenentista”, imbuídos do positivismo comteano – ideal fundador de duas repúblicas, a turca e a brasileira – tiveram de lidar com a oligarquia herdeira da nobreza imperial e com uma sociedade profundamente desigual, cujas diferenças étnicas constituíam importante marcador de exclusão social e econômica. Nas palavras de Mário Cléber Martins Lanna Júnior:

[...] o tenentismo, como movimento de conspiração, pegou em armas para lutar contra as oligarquias dominantes. Nesse período, surgiu como única alternativa aos anseios das classes médias populares. As mudanças tinham de ser feitas pelas armas, o que teria transformado os militares rebeldes em vanguarda política da luta contra o domínio oligárquico da burguesia cafeeira e seus aliados. Entretanto, esse foi um liberalismo de fachada. Fundamentalmente, o tenentismo se manteve fiel à defesa da ordem e das instituições. Não tinha uma proposta militarista no sentido de um governo militar, mas era elitista; propunha a moralização política contra as oligarquias cafeeiras. Os jovens oficiais seriam os responsáveis por essa moralização, através da Revolução e da entrega do poder para políticos considerados por eles como “honestos”. Nesse sentido, destaca-se seu caráter elitista, que pregava a mudança a partir de cima, sem a participação das classes populares (Lanna Júnior, 2008, p. 316)

Em outras palavras, tanto na Turquia quanto no Brasil, a intervenção militar do oficialato representou uma tentativa de “revolução por cima”, marcada pela ambiguidade entre a retórica reformista e a manutenção da ordem social excludente, genocida e negacionista de qualquer tipo de direito ou reparação àqueles que foram alijados da República, sejam armênios, gregos, assírios e curdos na Turquia, ou os descendentes de indígenas e africanos escravizados no Brasil.

Em conclusão, o diálogo com o texto *“Por que é importante estudar história do Império Otomano?”*, de Monique Sochaczewski, evidencia não apenas a relevância de incorporar a experiência otomana à historiografia global, mas também a pertinência desse olhar a partir do Brasil. Ao revelar como estruturas políticas, sociais e religiosas do antigo império dos sultões ecoam nas trajetórias das comunidades imigrantes e nas próprias dinâmicas do Brasil, Sochaczewski convida-nos a repensar as fronteiras da História e a questionar as clivagens clássicas entre Oriente e Ocidente, império e república, passado e presente. Este artigo, ao dialogar respeitosamente com o de Sochaczewski, reforça a importância de ampliar o horizonte da pesquisa histórica brasileira, valorizando conexões transnacionais e perspectivas que desafiem visões eurocêntricas e iluminem as múltiplas heranças ainda pulsantes em nossa sociedade.

Referências

- Baer, M. D. (2021). *The Ottomans: Khans, Caesars, and Caliphs*. Basic Books.
- Carmont, P. (2012). *The Amiras: Lords of Ottoman Armenia*. Taderon Press.



- Hobsbawm, E. (2003). *A era dos impérios: 1875-1914* (8ª ed.). Paz e Terra.
- Kechichian, H. (2000). *Os sobreviventes do genocídio: imigração e integração armênia no Brasil, um estudo introdutório* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Knowlton, C. (1960). *Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial*. Anhambi.
- Lanna Júnior, M. C. M. (2008). Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In J. Ferreira & L. de A. N. Delgado (Orgs.), *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo oligárquico* (da Proclamação da República à Revolução de 1930) (Vol. 1, 3ª ed.). Civilização Brasileira.
- Loureiro, H. (2012). *O comunismo dos imigrantes armênios de São Paulo (1935–1969)* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Loureiro, H. (2025). *Genocídio Armênio: história e disputas políticas no presente*. Juruá.
- Luna, C. M. de A. (2011). *O desenvolvimento do Exército e as relações militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920)* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Maalouf, A. (2022). *O naufrágio das civilizações* (A. Bloch, Trad.; 1ª ed., 3ª reimp.). Vestígio.
- Mazower, M. (2007). *Salônica: cidade de fantasmas: cristãos, muçulmanos e judeus – 1430-1950*. Companhia das Letras.
- Pamuk, O. (2006). *Istambul: memória e cidade* (S. Flaksman, Trad.). Companhia das Letras.
- Said, E. W. (2007). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras.
- Said, E. W. (2011). *Cultura e imperialismo*. Companhia das Letras.
- Truzzi, O. (2009). *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo* (2ª ed.). UNESP.

NOTAS

AUTORIA

Heitor de Andrade Carvalho Loureiro: Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil (2016). Professor do Centro Universitário Assunção, UNIFAI, Brasil

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universitário Assunção, UNIFAI, São Paulo, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Heitor de Andrade Carvalho Loureiro



FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não teve uso de imagem.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Heitor de Andrade Carvalho Loureiro. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alexandre Busko Valim, Fábio Augusto Morales, Daniela Capri

HISTÓRICO

Recebido em: 28 de novembro de 2025

Aprovado em: 10 de dezembro de 2025

Como citar: Loureiro, H. de A. C. (2026). Entre impérios e repúblicas: diálogos possíveis do brasil com o mundo Otomano. *Esboços: Histórias Em Contextos Globais*, 33, 1–11. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2026.e110026>

